



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000076201

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação Cível nº 1000961-72.2023.8.26.0177, da Comarca de Embu-Guaçu, em que é apelante DAYANE JENYFFER ROCHA ARAÚJO (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados BANCO INTER S/A e BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 11ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MARCO FÁBIO MORSELLO (Presidente) E CRISTINA DI GIAIMO CABOCLO.

São Paulo, 31 de janeiro de 2025.

RENATO RANGEL DESINANO
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 39.733

Apelação Cível nº 1000961-72.2023.8.26.0177

Comarca: Embu-Guaçu - Vara Única

Apelante: Dayane Jenyffer Rocha Araújo

Apelados: Banco Inter S/A e Banco Santander (Brasil) S/A

Interessado: Banco Master S.a.

Juiz(a) de 1ª Inst.: Willi Lucarelli

AÇÃO DE REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS – Sentença de improcedência – Insurgência da autora – Ausência de preenchimento dos requisitos previstos no art. 54-A do Código de Defesa do Consumidor – Falta de demonstração da impossibilidade de a autora pagar suas dívidas sem comprometer o seu mínimo existencial, nos termos da legislação vigente – Sentença mantida – RECURSO NÃO PROVIDO.

Trata-se de recurso de apelação interposto em face de sentença, cujo relatório se adota, que, em “*ação de repactuação de dívidas*”, proposta por DAYANE JENYFFER ROCHA ARAÚJO contra BANCO INTER S/A, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A e BANCO MASTER S/A, julgou improcedente o pedido e condenou a autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, observada a concessão da justiça gratuita (fls. 586/591).

Recorre a autora. Afirma que “*o Decreto Presidencial nº 11.150, com redação dada pelo Decreto Presidencial nº 11.567, de 19 de junho de 2023, ao regulamentar a Lei Federal nº 14.181/2021, estabeleceu um mínimo existencial que desrespeita a dignidade da pessoa humana, na*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

medida em que impede uma vida digna e compromete os direitos sociais correlatos, além de afetar a proteção ao consumidor". Sustenta que "tem 49% de seus rendimentos líquidos comprometidos com o pagamento de parcelas referentes a empréstimos consignados e pessoais". Requer a anulação da sentença "para que se retorne aos autos e que se prossiga o procedimento de repactuação de dívidas, com posterior Plano de Pagamentos Compulsório" (fls. 594/613).

Recurso recebido e contrariado (fls. 653/656 e 658/662).

É o relatório.

PASSO A VOTAR.

A r. sentença deve ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, os quais ficam inteiramente adotados como razão de decidir.

Consigna-se que a r. sentença assentou corretamente:

"No mérito, o pleito não merece acolhida.

Aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor, na medida em que o serviço prestado pela parte requerida se insere no contexto das relações de consumo, na qual se enquadra o autor como destinatário final.

Entretanto, no caso, não se evidencia fundamento suficiente para o julgamento da causa com a inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII, do CDC), por não demonstrada a verossimilhança das alegações trazidas com a inicial.

Com efeito, a Lei nº 14.181/21, que alterou dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, tem por finalidade o aperfeiçoamento da disciplina de crédito ao consumidor e a prevenção e tratamento do superendividamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Com seu advento, foi incluído o artigo 54-A no Código de Defesa do Consumidor, que conceitua superendividamento:

'Art. 54-A. Este Capítulo dispõe sobre a prevenção do superendividamento da pessoa natural, sobre o crédito responsável e sobre a educação financeira do consumidor.

§ 1º Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.

§ 2º As dívidas referidas no § 1º deste artigo englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.

§ 3º O disposto neste Capítulo não se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor'.

Desse modo, para enfrentamento da questão, estabeleceu-se procedimento especial para os casos de superendividamento do consumidor, conforme artigos 104-A, 104-B e 104-C do Código de Defesa do Consumidor.

Entretanto, a repactuação das dívidas com utilização do procedimento especial não é conferida a todos os devedores, não sendo aplicada em caso de dívidas contraídas mediante fraude ou má-fé (art. 54-A, §3º). Depende, ainda, da demonstração de comprometimento do mínimo existencial pelo consumidor.

Neste sentido, o Decreto nº 11.567/23, alterando dispositivo do Decreto nº 11.150/22, fixou o valor de R\$ 600,00 mensal como o mínimo existencial a ser preservado.

Com efeito, conforme demonstrativo de pagamento mais recente juntado, após descontos obrigatórios e os referentes às operações ora discutidas, o autor recebeu salário líquido de R\$ 2.934,39 (fls. 27, maio/2023), mostrando-se preservado o mínimo existencial.

Assim sendo, incumbia à parte autora, portanto, demonstrar que, a despeito do salário percebido, está em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

situação de vulnerabilidade e não consegue arcar com seus gastos mensais básicos, ônus do qual não se desincumbiu. Instado sobre as provas, postulou apenas a nomeação de perito contábil, sem a apresentação de comprovantes de gastos.

(...)

Por fim, também importante mencionar o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto nº 11.150/22, acerca das dívidas não computadas para aferição do mínimo existencial:

'Art. 4º Não serão computados na aferição da preservação e do não comprometimento do mínimo existencial as dívidas e os limites de créditos não afetos ao consumo.

Parágrafo único. Excluem-se ainda da aferição da preservação e do não comprometimento do mínimo existencial:

a) relativas a financiamento e refinanciamento imobiliário;

b) decorrentes de empréstimos e financiamentos com garantias reais;

c) decorrentes de contratos de crédito garantidos por meio de fiança ou com aval;

d) decorrentes de operações de crédito rural;

e) contratadas para o financiamento da atividade empreendedora ou produtiva, inclusive aquelas subsidiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

f) anteriormente renegociadas na forma do disposto no Capítulo V do Título III da Lei nº 8.078, de 1990;

g) de tributos e despesas condominiais vinculadas a imóveis e móveis de propriedade do consumidor;

*h) **decorrentes de operação de crédito consignado regido por lei específica;** e*

i) decorrentes de operações de crédito com antecipação, desconto e cessão, inclusive fiduciária, de saldos financeiros, de créditos e de direitos constituídos ou a constituir, inclusive por meio de endosso ou empenho de títulos ou outros instrumentos representativos;

II - os limites de crédito não utilizados associados a conta de pagamento pós-paga; e

III - os limites disponíveis não utilizados de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

cheque especial e de linhas de crédito pré-aprovadas”.

No caso, as seis operações indicadas (fl. 224), três delas são de crédito consignado o que se confirma pelo demonstrativo de pagamento (fl. 27/34), os quais, como salientado, não podem ser contabilizados na análise do mínimo existencial. Destaque-se que a dívida de maior valor, já individualizada em momento anterior, cuja parcela, de forma isolada, significa R\$ 1.596,87, é nesta modalidade.

Desta forma, apesar de seu expresse interesse na instauração da 2ª fase do procedimento, tendo em vista que não se verifica lesão ao mínimo existencial, de rigor a improcedência.” (fls. 587/590)

De fato, a requerente não comprovou estar em estado de superendividamento, de modo a comprometer a sua subsistência, bem como a de sua família.

A respeito do superendividamento, o Código de Defesa do Consumidor prevê:

“Art. 54-A. Este Capítulo dispõe sobre a prevenção do superendividamento da pessoa natural, sobre o crédito responsável e sobre a educação financeira do consumidor.

§ 1º Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.

§ 2º As dívidas referidas no § 1º deste artigo englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.

§ 3º O disposto neste Capítulo não se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de produtos e serviços de luxo de alto valor." (g.n.)

Depreende-se dos autos que a autora é servidora pública estadual e auferе vencimentos brutos no valor de R\$ 8.690,99 (fl. 27). Em razão de descontos obrigatórios e dos descontos realizados pelos bancos réus, os vencimentos líquidos da autora perfazem o valor de R\$ 2.934,39.

É importante registrar que a atual redação do regulamento a que se refere o dispositivo acima destacado considera como mínimo existencial, no âmbito do superendividamento, "*a renda mensal do consumidor pessoa natural equivalente a R\$ 600,00 (seiscentos reais)*" (art. 3º do Decreto nº 11.150/2022, com redação dada pelo Decreto nº 11.567/2023).

Ademais, conforme observado pelo D. Juízo *a quo*, o art. 4º, parágrafo único, inciso I, alínea "h", do Decreto nº 11.150/2022 exclui da aferição da preservação e do não comprometimento do mínimo existencial as parcelas das dívidas decorrentes de operação de crédito consignado regido por lei específica.

Nesse cenário, verifica-se que a autora não satisfaz os requisitos para a configuração do superendividamento, nos termos da legislação vigente.

Portanto, na hipótese dos autos, não restou demonstrada a impossibilidade de a autora pagar as suas dívidas sem comprometer o seu mínimo existencial, sendo de rigor a improcedência da ação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

E outros fundamentos são dispensáveis diante da adoção integral dos que foram deduzidos na r. sentença.

Ante o exposto, pelo meu voto, nego provimento ao recurso. Em virtude do que dispõe o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro em 20% a condenação da autora ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, observada a concessão da justiça gratuita.

Renato Rangel Desinano
Relator